

ATA DA 361a. SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (CTA)

ATA – Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, reuniu-se o Conselho Técnico-Administrativo do Instituto de Física da USP. A sessão foi realizada na sala 2053 do Edifício Principal, com a presença da Senhora Diretora, Profa. Dra. Kaline Rabelo Coutinho, do Vice-Diretor, Prof. Dr. Cristiano Luís Pinto de Oliveira, e dos seguintes membros: Profs. Drs. Sérgio Luiz Morelhão, Ivone Freire da Mota e Albuquerque (até 12h23min), Adriano Mesquita Alencar, João Carlos Alves Barata (até 12h23min), Helena Maria Petrilli (até 12h03min), Alexandre Alarcon do Passo Suaide (até 11h33min), Luís Gregório Godoy de Vasconcelos Dias da Silva, Márcio Teixeira do Nascimento Varela, Caetano Rodrigues Miranda, Daniel Reinaldo Comejo, e o representante dos servidores não-docentes, Sr. Antonio Carlos Tromba. Encontra-se afastado o Prof. Dr. José Fernando D. Chubaci. Encontra-se em licença-prêmio a Profa. Dra. Nora Lia Maidana. Justificou sua ausência o Prof. Ivã Gurgel representante da CPGI. A Assistente Acadêmica, Senhora Maria Madalena Salgado Bermudez Zeitum, secretariou a reunião. A **Senhora Diretora** inicia a reunião às 9h55min. **1ª PARTE - ORDEM DO DIA -**

Item I – Assuntos novos para deliberar: Item I.01 - Homologação da indicação do Prof. José Fernando Diniz Chubaci como Coordenador da Comissão de Consultorias e Convênios, por 02 anos a partir de 21.09.23. A **Senhora Diretora** informa que a indicação é necessária, pois o Prof. Paulo Costa estará afastado por 1 ano para realizar um pós-doc no exterior. O Prof. Chubaci teve o nome indicado por ser o membro mais atuante na comissão. Colocada em votação, a homologação é aprovada por unanimidade. **Item I.02 - Apreciação do Projeto de Estágio Docente do Prof. Dr. Gustavo Martini Dalpian, Ref. MS-6, em RDIDP, junto ao Departamento de Física dos Materiais e Mecânica, referente ao período de 2023 a 2025. Parecer do FMT: Profa. Márcia Carvalho de Abreu Fantini. Relator do CTA: Prof. João Carlos Alves Barata. Parecer da CG incluso.** O **Prof. João Barata** diz que está muito impressionado com o projeto do Prof. Dalpian, ele traz novas ideias e não há nenhuma objeção. É um brilhante pesquisador, extremamente ativo e é uma ótima aquisição para compor o nosso quadro docente. A **Profa. Helena Petrilli** comenta que tanto o Prof. Dalpian quanto o Departamento desconheciam a necessidade da apresentação do projeto de estágio docente, por tratar-se de um docente recém contratado como Professor Titular. Afirma que foram cobrados pela CERT após o prazo ter expirado. Justifica que encaminhou o projeto “ad referendum” do departamento e alerta aos membros que é necessário enviar o projeto inclusive nesses casos. A **Senhora Diretora** solicita à Assistente Acadêmica que deixe registrado que os professores contratados apresentem o projeto, que deve seguir para o departamento e posteriormente à CERT. Após discussões o item é aprovado por unanimidade. **Item I.03 - Discussão e deliberação para pedidos de afastamentos de docentes com prejuízo de vencimentos.** A **Senhora Diretora** lembra que, na reunião anterior, solicitou aos membros do conselho que refletissem sobre o assunto para deliberação nesta reunião. Esclarece que tanto o servidor docente como o não-docente tem o direito de fazer solicitação de afastamento sem vencimentos. Porém, ressalta que quando o afastamento é aprovado, a Unidade está declarando à Reitoria que aquela função será desempenhada por outro servidor, docente ou não-docente. Lembra que as solicitações recebidas são sempre acomodadas e que o Instituto é sempre solícito em atendê-las. Os pedidos de afastamento com prejuízo de vencimentos geralmente são motivados por questões pessoais (de saúde ou familiar). No caso dos docentes, existe a questão da carga didática. Recentemente, vemos que muitos docentes têm recebido propostas do exterior para assumir alguma posição, porém eles querem um tempo para adaptação e treinamento. Acredita que seja razoável acomodar os pedidos por até um ano e os casos de solicitação de um segundo ano

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

devem ter caráter excepcional. Enfatiza que, no caso de haver uma razão concreta para essa solicitação, o departamento deve justificar e indicar alguém do próprio departamento para assumir a carga deixada pelo docente. O ônus da excepcionalidade que o departamento julga relevante não pode ser distribuído para todo o Instituto. Nos casos de afastamento pelo terceiro ano consecutivo a situação é muito complicada e excepcionalíssima, sendo obrigatória a indicação dos docentes que substituirão a carga didática do docente afastado. Afirma que a atual Reitoria se comprometeu a fazer a reposição imediata dos pedidos de exoneração. Apresenta as seguintes propostas: a) aprovação por um ano; b) renovação para o 2º ano deve ser excepcional ou o departamento indica substituto para carga didática e c) renovação para o 3º. ano deve ser excepcionalíssima e o departamento indica substituto para carga didática. As propostas são colocadas em discussão. É proposto por vários membros que seja colocado como regra interna que o afastamento com prejuízo de vencimentos seja por um ano. As solicitações de um segundo ano seriam apenas em casos excepcionalíssimos. Comenta-se que está se tornando muito comum as pessoas solicitarem afastamento com prejuízo de vencimentos para tentar carreira em outra instituição. O docente não está recebendo, mas há um custo que está sendo diluído entre todos os demais docentes do IFUSP. No mínimo há o custo do Professor Temporário. Menciona-se inclusive as orientações de pós-graduação, a não orientação de alunos de graduação, a não inserção nas atividades de divulgação com o nome da Universidade. Comenta-se que é importante termos entre nossos contratados, jovens pesquisadores ativos que tenham conexões no exterior significativas e que devemos estar abertos a essas possibilidades. Ressalta-se que o docente tem o direito de pedir o afastamento com remuneração de até um ano para desenvolvimento de pesquisa como pós-doc e, nesse caso, devemos conceder. Em relação ao segundo ano de afastamento a questão são os três anos de probatório. Não é razoável encerrar o período probatório de alguém sem que tenha mostrado condições de dar continuidade a uma pesquisa de forma independente no Brasil. No exterior o apoio de infraestrutura é incontestável e não dispomos desses recursos aqui. Não é possível o docente passar todo o período probatório afastado no exterior. O probatório é um período para observarmos a adaptação do docente na Instituição. Manter essa regra nos protege de uma certa forma. Comenta-se que nos casos dos afastamentos de docentes emprestados para outras Instituições, como o Prof. José Roque e Prof. Leandro Barbosa, é autorizado o professor temporário, mas é um caso que o departamento precisa refletir, pois é um docente experimental com um laboratório que tem um técnico associado e com o passar dos anos a orientação do docente vai diminuindo. Pondera-se que são válidos os casos de afastamento para atuação em órgãos importantes que valorizam a nossa Instituição, no entanto, se o afastamento beneficia apenas o docente é necessário repensar. Acrescenta-se que, na Universidade, o afastamento para realizar pós-doc é "com vencimentos" e que, nesses casos, em todas as publicações a primeira Instituição científica deve ser a USP, além do que o docente pode participar virtualmente dos eventos do departamento. Reforça-se que é fundamental que o docente se sinta acolhido, pertencente e envolvido nos assuntos e atividades pertinentes à Instituição para fortalecimento do vínculo e que, por esse motivo, o pedido deve vir como pós-doc. Reitera-se que a votação do item é para categoria de afastamentos sem vencimentos. Que cria uma dívida trabalhista que, na prática, inviabiliza o retorno do docente. O docente que está afastado por três anos acumula uma dívida de quase 200 mil reais junto à Universidade, em relação à previdência dela e da Universidade. A **Senhora Diretora** põe em votação a seguinte proposta: a) aprovar por 01 (um) ano e b) renovação para o 2º ano deve ser excepcionalíssima (justificativa departamento e docente) e o departamento indica substituto para carga didática. A proposta é aprovada por unanimidade. Solicita aos chefes que esclareçam os funcionários docentes e não-docentes sob sua responsabilidade. Informa que será elaborado um documento e enviado aos departamentos. **Item 1.04 - Discussão da proposta de cômputo de carga didática no IFUSP.** A

A T A S

Senhora Diretora lembra que o Prof. Manfredo criou um Grupo de Trabalho para discutir a questão da carga didática, pois o Ministério Público cobrou o Diretor do Instituto de Física de São Carlos em relação ao não cumprimento da carga didática de 8 horas mínimas pelos docentes. Houve uma alteração no regulamento estabelecendo o cômputo da carga do docente. Nós estamos na mesma situação do IFSC, portanto, é adequado realizarmos essa discussão para estabelecermos medidas a respeito. A discussão é necessária e, se chegarmos num consenso, efeturemos a votação na reunião da Congregação. O **Prof. Luís Gregório** comenta que no artigo 52 do Estatuto do Docente a Congregação deve definir esse cômputo da carga do docente. Ressalta que a Congregação ainda não o fez e o IFSC foi forçado a definir o que conta como atividade didática para essas 8 horas. No Júpiter existe um recurso pouco usado que possibilita a atribuição das horas-aula da disciplina. Também é possível cadastrar as atividades didáticas relacionadas à disciplina, por exemplo, coordenação de curso, seminários, criação de disciplina para orientação do TCC. É possível não atribuir hora-aula em sala de aula, mas atribuir horas de atividades didáticas. A **Senhora Diretora** comenta que nós gastamos muitas horas em atividade de formação de estudantes de graduação e pós-graduação individualizados em nossas salas. É necessário que essas horas sejam contabilizadas. Nossa unidade precisa definir: a) o que é contabilizado como atividades de formação de discentes e b) o que é a carga didática mínima em sala de aula para fechar uma carga didática para nossos cursos de graduação, pós-graduação e disciplinas de outras unidades. Esse cômputo tenta regulamentar essa primeira situação. Esclarece que a proposta do Grupo de Trabalho é que as atividades sejam prioritariamente definidas pelas quatro categorias: 1) disciplinas obrigatórias da graduação nos cursos do IF e nos cursos de outras unidades; 2) disciplinas optativas de graduação no IF e nos cursos de outras unidades; 3) disciplinas obrigatórias da pós-graduação e 4) disciplinas e atividades curriculares de extensão do IF e nos cursos de outras unidades. Sugere deixar disciplinas curriculares de extensão e as "atividades" deveriam constar no outro bloco. As disciplinas têm no mínimo 2 e no máximo 6h/semana, mas as atividades extracurriculares de extensão podem ter muito mais horas. Assim, estas atividades poderiam desbalancear o cômputo total. Propõe que este bloco tenha uma quantidade mínima de carga por docente definida pelo valor total da carga dividido pelo número de docentes, considerando-se que temos uma carga total a ser ministrada com uma quantidade de horas semanais com o número de docentes a distribuir. Se estabelecermos um número de horas mínimo de carga didática por docente com essa finalidade, ao longo do processo com as mudanças curriculares, será necessário efetuar alterações periódicas. Sugere que no início do ano a CG, a CPG e a CPPI, sabendo da carga anual, dividem pelo número de docentes resultando na meta para o ano em questão. Esse procedimento é necessário para garantia da carga. No caso das atividades contabilizadas como horas de "atividades de carga" computadas para cada docente serão observadas: 1) coordenação de cursos ou disciplinas de graduação, sendo computadas até o limite de 2 horas semanais (30h/semestre) por docente por semestre; 2) trabalho de conclusão de curso de graduação (TCC) – sendo computadas 2 horas semanais por aluno (30h/semestre) até o limite de 4 horas semanais por docente no semestre; 3) atividades de orientação de iniciação científica – sendo computadas 2 horas semanais por aluno (30h/semestre) até o limite de 4 horas semanais por docente no semestre; 4) atividades de orientação na pós-graduação – sendo computadas 2 horas semanais por aluno (30h/semestre) até o limite de 4 horas semanais por docente no semestre; 5) supervisão de estágios, sendo computadas até o limite de 2 horas semanais (30h/semestre) por docente por semestre; 6) atividade de tutoria acadêmica, sendo computadas até o limite de 1 hora semanal (15h/semestre) por docente por semestre. Ressalta que a atividade de tutoria pode ser institucionalizada caso haja procura e seja necessário. Nessa proposta teríamos uma quantidade mínima de atividades em salas de aula e as demais atividades de formação de discentes contariam para completar as 8 horas semanais exigidas legalmente. Divide a discussão

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

em três partes: a) inclusão das horas em sala de aula; b) contagem de horas mínimas no bloco e c) bloco livre, com possibilidade de inclusão ou exclusão de itens. Passa a palavra aos membros do colegiado para manifestação e discussão. O **Prof. Luís Gregório** lembra que esses itens constam no artigo 52 do Estatuto do Docente, porém em relação às optativas sugere acrescentar no item 3 as "disciplinas optativas de pós-graduação". Após discussões a **Senhora Diretora** sugere que conste no item 4 as "optativas de pós-graduação" e no item 5 "as disciplinas de extensão". Reitera que a Reitoria determina que a carga da graduação é prioritária. O **Prof. Luís Gregório** ressalta que o artigo 52 determina que "aulas em curso de extensão não remuneradas devidamente aprovadas pelas instâncias competentes". Já estamos pensando na curricularização da extensão. Essa é uma opção de prioridade abaixo da optativa da pós-graduação. Caso não tenha docente não será oferecido. A **Senhora Diretora** sugere que seja retirada a palavra "atividade" para incluir no segundo, mas as disciplinas curriculares de extensão têm que estar nesse bloco. Só que dentro das prioridades primeiro temos que fechar a carga da graduação, seguida da carga da pós-graduação. Caso não tenhamos docentes para cumprir a carga da graduação podemos avisar a pós-graduação que não teremos optativas oferecidas no semestre, podendo oferecer como extra. A **Profa. Ivone Albuquerque** enfatiza que se trata de uma questão delicada e que deve ser discutida nos departamentos antes de ir para a Congregação. A **Senhora Diretora** observa que não está claro o que a Instituição determina para os docentes e que vamos elaborar um planejamento para os próximos anos até a reforma de fato. Propõe que seja colocada a expectativa por docente e os departamentos devem legislar sobre o assunto com autonomia departamental. Diz que deve garantir no âmbito do Instituto que não exista a falta de docentes para completar a carga didática como no semestre passado. Afirma que estamos improvisando com soluções temporárias. A **Profa. Ivone Albuquerque** comenta que a Comissão de Graduação juntamente com as CoC's pode fazer um levantamento e reunir na mesma turma alunos de outras unidades, além de rever as disciplinas optativas. A **Senhora Diretora** diz que existe uma apatia departamental relacionada aos problemas da carga didática causando uma sobrecarregada na CG. A **Profa. Ivone Albuquerque** sugere que a CG tenha um representante em cada departamento para discussão das optativas. A **Senhora Diretora** afirma que apesar do tema ser discutido intensamente tanto na CG quanto nas CoC's, ao ser discutido na Congregação há um entrave e não é possível chegar a um consenso. Pondera que o problema já foi identificado e, portanto, deve ser discutido e votado para que seja resolvido, mesmo que nem todos concordem com a decisão final da maioria. A discussão da carga didática é necessária devido à questão orçamentária. Estamos encerrando o ano com R\$ 800 mil em monitores de graduação, pós-graduação e pós-docs. Ressalta que esse valor é insustentável para o próximo ano. A perspectiva aceitável é de apenas 50% desse valor. Esclarece que os alunos do CEFISMA estão convictos que na nossa unidade faltam docentes. Mas não temos falta de docentes, pois número atual de docentes permite que a carga didática seja fechada. É necessária uma mudança de cultura. Afirma que está ciente que haverá discussão, mas que é necessário que todos estejam cientes da quota mínima da carga e que as demais atividades são complementares. O **Prof. Alexandre Suaide** destaca três parâmetros numéricos: 1) 8 horas/semana de atividade didática obrigatória, 2) carga horária rateada pelo grupo e 3) carga horária mínima. Segundo a proposta podemos orientar alunos de iniciação científica e alunos de pós-graduação para totalizar as 8 horas semanais. Diz que tudo depende de como o documento será redigido e que a carga horária rateada é um parâmetro perigoso, tendo em vista que ocorre também a divisão da responsabilidade de forma injusta. Existem antigas distorções no Instituto que precisam ser corrigidas, pois penalizam os docentes que mais tem atribuições. Enfatiza que não concorda com o rateio da carga didática. Acredita que deve cumprir a carga horária da graduação, mas quantificar diferente para cada docente. Não concorda em dividir a carga horária entre todos os docentes igualmente, pois muitos docentes acumulam atribuições

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

administrativas, de gestão e acadêmicas. Referente ao fato de o controle ser responsabilidade do Departamento enfatiza ser contrário. Ressalta que a carga dupla é um exemplo claro sobre isso e que se temos disciplinas supradepartamentais é necessário assumir essa questão. São muitos detalhes a considerar para correção do texto. O **Prof. João Barata** comenta que essa "apatia" tem causas determinadas historicamente e também pela situação atual. Manter um representante na comissão de organização talvez não seja tão eficiente porque não somos atualizados sobre as informações frequentemente. Revela estar confuso em relação as áreas propostas, mas tende a concordar com os Profs. Suaide e Ivone. Exemplifica que sendo o mínimo estabelecido de 4 horas e a partir disso passa a contar as demais atividades. Segue-se uma discussão em que se sugere que seja estipulado um mínimo de horas para quem tem orientação e outro mínimo de horas para os que ministram aulas; que o assunto tem que ser discutido na Congregação e que o CTA não pode tomar nenhuma decisão, pois a Congregação é soberana. Que existem departamentos que estão posicionados para uma carga mínima em sala de aula de 4 horas, eventualmente, chegando às 8 horas ou ao que for preciso. Que há uma pressão de alguns docentes de que a carga mínima seja de 8 horas ou 6 horas. Que a carga de graduação e pós seja dividida. Que o curso de 4 horas da Escola Politécnica é um curso problemático para fechar porque ninguém quer dar. Que o IF não tem uma CoC para as disciplinas de serviço, que ficam ligadas apenas à CG. Que o número de alunos atendidos na EP é maior que os alunos do IF, e que, seguramente, eles são uma das razões da existência do IF. Que na última estrutura curricular da EP eles demonstraram insatisfação com os cursos, principalmente de Física I e II, reduzindo créditos de Física II para 2 créditos e de Física I para 3 créditos, no entanto, continuamos proporcionando um serviço ruim. E que na próxima estrutura curricular poderá vir uma redução maior, talvez eliminando até a disciplina de Física I, porque as nossas equipes são formadas de pós-docs, contratados temporários e recém contratados. Que a consequência dos docentes do IF não ministrarem aula na EP é a redução de metade do nosso quadro docente, porque não teremos demanda de carga horária e a Reitoria leva isso em consideração. Que todos trabalham muito e discussões sobre aumento da carga de trabalho são polêmicas. Que existe uma insatisfação dos docentes que apenas ministram aulas, mas se olharmos efetivamente, o nosso programa de pós-graduação contém por volta de cem orientadores. Fora da pós-graduação, oficialmente, temos por volta de 10 docentes e que não vamos conseguir fechar nossa carga repassando as aulas para esses 10 docentes, porque esses docentes estão muito envolvidos em atividades de extensão. Que 4 horas de carga não é suficiente. Que temos que acabar com o bônus noturno, racionalizar a carga dupla, estabelecer critérios para o gozo das licenças-prêmio e que a situação não se sustenta para o próximo semestre. Que não será permitido que pós-doc assuma na íntegra a carga de uma disciplina, pois caso o Ministério Público faça uma auditoria quem responderá é a diretoria. Que é possível considerar que numa carga de 4 horas, 2 horas sejam ministradas pelo docente e 2 horas pelo pós-doc. No caso de 6 horas, é aceitável que 2 horas sejam ministradas pelo docente e 4 horas pelo pós-doc. É necessário sistematizar e estabelecer critérios. Que temos que haver maior participação, porém hoje temos departamentos temáticos, que desejam ministrar as disciplinas específicas ao seu tema, e não desejam assumir disciplinas coletivas com as da EP. Que se organize um bloco mínimo de seis horas e que se estabeleça períodos para se avaliar essa média anual. Que a diretoria juntamente com a CG faça um documento base e encaminhe aos departamentos. A **Senhora Diretora** se compromete a elaborar o documento com as alterações de redação, colocar a proposta que seria, em princípio, da Diretoria com base na proposta do Grupo de Trabalho e nas discussões no CTA e enviará aos departamentos. Reforça aos chefes que é bastante importante informar aos docentes que 4 horas para o semestre que vem não serão suficientes. Assim que a CG disponibilizar a opção de carga didática, quem puder se articular com outros e fazer alguma proposta próxima às 6 horas, seria ideal. Mas, em outubro teremos



INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

a carga preliminar e o déficit será levado aos departamentos e terá que ser indicado quem vai cumprir as disciplinas adicionais, incluindo a EP, os Laboratórios e os demais. Para solucionar o déficit será necessário votar uma carga mínima para todos na congregação ou resolver a carga que estiver faltando entre os departamentos. O **Prof. Alexandre Suaide** diz que falta simulações de cenário. Considerando a carga didática somente com disciplinas obrigatórias da graduação, sem contabilizar a pós-graduação, por exemplo, qual é a carga horária necessária por docente para cumprir a carga. Considerando outro cenário, as obrigatórias mais um certo número de optativas, qual seria a carga horária semanal por docente. Considerando um terceiro cenário, obrigatórias, optativas mais pós-graduação, qual é a carga horária. Não sabemos se é quatro, cinco, seis, sete ou oito horas por semana. O **Prof. Luís Gregório** afirma que, só na graduação no primeiro semestre tem em torno de 110 docentes. O **Prof. Alexandre Suaide** solicita que precisa dos dados organizados em uma planilha. O **Prof. Luís Gregório** informa que o problema é a questão de dispensa de carga. O **Prof. Alexandre Suaide** diz que é surreal olhar a carga didática, a lista no final da carga didática e ter 25 ou 30 docentes sem carga, dentro do contexto que estamos discutindo. Esclarece que precisa fazer simulações de vários cenários. Se continuarmos no esquema atual de dar dispensa de carga didática, são 10 horas por semana, se não tiver dispensa são 4 horas por semana. São dois cenários extremos, mas precisamos ter essas várias simulações de cenários disponíveis para poder nortear uma discussão. (Vozes sobrepostas) O **Prof. Luís Gregório** comenta que, regimentalmente, quem propõe a isenção de carga do docente é o seu departamento, sendo encaminhado para a Congregação após manifestação da CG e CPG, por isso fizemos a regulamentação, o departamento propõe a isenção de carga. O que a CG nunca fez foi dada a proposta de isenção do departamento a gente negar, para o semestre que vem talvez tenha que fazer, porque esse é o número de isenções de carga, porque se todos tivessem colocado a carga deveria ser na ordem de 4 ou 5, mas quando faz a previsão e coloca lá na planilha, tem uma disciplina de dois créditos, como em Gravitação que são três turmas de 2 créditos e um docente porque entre 4 e 6 horas a demanda dessa disciplina é um docente. Então, pegamos 100 e multiplica por cinco, só que hoje se pegar o número de docentes, incluindo os contratados, seria em torno de 111 docentes. Se tirar os contratados tem em torno de 100 docentes, começamos com déficit de 11 docentes na graduação. O formulário que será disponibilizado na próxima semana não virá com optativas. A **Senhora Diretora** pondera que é importante que todos fiquem atentos, por exemplo, se contratarmos um temporário, o salário que ele recebe é da ordem de R\$ 2.500 e se ele faz um concurso em uma Universidade pública no meio do semestre ele nos abandona. A Reitoria não renovou o contrato de 8 professores contratados por tempo determinado devido as novas normas de contratação de temporários que estão descritas na resolução do início de 2023. A questão é que esses docentes não podem ser colocados para ministrar disciplinas sozinhos e devem estar com uma equipe, de tal forma que a equipe possa momentaneamente absorver situações, e isso não é o que está ocorrendo. Concorda que é necessário estabelecer regras globais que serão aplicadas a todos os departamentos. Diz que tentará elaborar para que os departamentos discutam, mandem opiniões por escrito, mas precisa do apoio dos chefes. Enfatiza a necessidade de otimização para o próximo semestre. Concorda com o Prof. Suaide, que os dados são necessários. Pondera que quando todos entenderem a situação será possível tomar uma melhor decisão para solução da questão. Aponta que há um problema a resolver. Declara que os documentos serão enviados aos departamentos para discussão, por outro lado a informação para a carga do próximo ano também será computada e será necessário definir nos departamentos. Em conversas com grupos de docentes conseguimos soluções, conforme o Prof. Luís relatou, o Instituto funcionou muitos anos com participação voluntária de vários docentes. Reforça que não podemos nos isentar do conceito do todo, pois todos são responsáveis. Os pontos serão encaminhados aos departamentos nesse próximo mês

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

para discussão interna e com a conclusão desse documento, teremos a definição do que é a carga simples e carga dupla. Finaliza dizendo que com base nas discussões, tentará definir o documento para fazer uma separação de dois blocos para que se tenha uma ideia da carga e, posteriormente, seguir para os departamentos discutirem: um documento com o cômputo da carga docente e outro com a carga mínima em sala de aula por docente para permitir o fechamento da carga didática. Comenta que é possível fazer o levantamento das horas de optativas de graduação, horas de optativas de pós-graduação para refletirmos. É importante saber o total para entender qual a demanda mínima. Informa que muitos docentes têm carga dupla acumulada e é necessário revelar a realidade aos docentes dos departamentos, para discussão e envio dos comentários, promovendo decisões conscientes. É importante envolver todos do Instituto e levar em consideração todos os aspectos, sendo que os mais importantes serão contemplados. **2ª PARTE - EXPEDIENTE - Item II – Discussão e votação da seguinte ata: a) 360ª. Sessão Ordinária, realizada em 24.08.23.** A **Senhora Diretora** comunica que solicitou à Sra. Madalena, Assistente Acadêmica, a redação de uma ata simplificada, contendo os assuntos discutidos e deliberações. Coloca para discussão e votação. **Aprovada com nove votos favoráveis e duas abstenções. Item III.1 – Comunicações da Diretora: 1) Orçamento para 2024 – diretrizes e data.** A **Senhora Diretora** informa que houve a convocação de uma reunião da CODAGE para discutir orçamento. Houve uma mudança na lei de licitação e a Universidade está se adaptando. A diferença é que temos que nos planejar com antecedência. No ano passado foi feito o planejamento pelo Prof. Manfredo, que enviou uma proposta orçamentária. Para esse ano nos avisaram que o prazo para mandar à Reitoria a versão orçamentária é dia 11 de outubro. Informaram que devemos fazer o orçamento com base na distribuição orçamentária inicial de 2023, podendo haver correção pela inflação e, mediante a justificativa, talvez haja um aumento de no máximo 20% da alínea básica, mantendo o restante. Explica que com a mudança da lei do ICMS, a Universidade começou a ter uma arrecadação cada vez menor, pois nesse segundo semestre houve queda brusca por causa do ICMS dos combustíveis. Há várias regras no estatuto que tem gatilhos com folha de pagamento, e outras despesas, por isso estamos atingindo esses tetos. A distribuição orçamentária inicial de 2023 total foi de R\$ 6.547.817,00, sendo distribuída em: Básica (R\$ 1.718.944,00), Manutenção Predial (R\$ 1.083.744,00), Equipamentos de Segurança (R\$ 113.793,00), Equipamento Diversos/Informática (R\$ 1.010.531,00), Treinamento (R\$ 55.000,00), Transporte (R\$ 2.842,00) e Serviços Limpeza/Vigilância (R\$ 2.562.963,00). A distribuição executada em 2023 total foi de R\$ 8.124.777,88, sendo distribuída em: Básica (R\$ 2.766.522,58), Manutenção Predial (R\$ 1.329.501,90), Equipamentos de Segurança (R\$ 113.793,00), Equipamento Diversos/Informática (R\$ 1.276.732,40, com possível devolução de R\$ 140.000,00), Treinamento (R\$ 55.000,00, com possível devolução de R\$ 23.000,00), Transporte (R\$ 20.265,00) e Serviços Limpeza/Vigilância (R\$ 2.562.963,00). Recebemos R\$ 1.576.960,88 em projetos especiais e R\$ 600.000,00 em devolução de 2022. A dotação Básica é onde podemos tirar tudo que não está nas outras alíneas, como manutenção predial, equipamento de segurança, equipamentos diversos (ar-condicionado e informática), treinamento com funcionários, transporte e as terceirizadas de limpeza e vigilância. Os itens que não se encaixam em itens de segurança, prédios, computação e treinamento eu tenho que jogar na dotação básica, então se um docente pede uma mobília, ou um departamento quer fazer um conserto de Datashow, vazamentos em banheiros, então vai tudo ali. Então toda a margem de manobra da Diretoria é na dotação básica, e vocês percebem que nesse ano de 2023 está sendo executado R\$ 1 milhão a mais, e no momento não temos mais dinheiro dessa dotação, significa que para o ano que vem nós vamos ter que trabalhar com R\$ 1.7 milhão e precisaremos racionalizar os gastos. A **Profa. Helena Petrilli** questiona como conseguimos o valor de 1 milhão a mais. A **Senhora Diretora** responde que através das chamadas das pró-reitorias e cita o exemplo da Pró-Reitoria de Graduação que abrirá uma chamada em outubro onde vamos solicitar

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

vários laboratórios para a graduação. Esclarece que esse dinheiro vem rotulado e que o Prof. Manfredi conseguiu aprovar a transposição de uma parte para dotação básica. A CODAGE informou que esses projetos especiais possivelmente não serão disponibilizados no próximo ano, porque será um ano de escassez de recursos, portanto, só teremos essa entrada de outubro para projetos especiais. Foi deixado claro na reunião que não devemos contar com transposições, orientaram a fazer os orçamentos, planejando com esse valor de 2023 com, no máximo, a correção monetária. Ressalta que referente ao treinamento de funcionários está em contato com o Prof. Nemitala, para efetuarmos o gasto dessa alínea até o final do ano, se não conseguir, talvez a reitoria devolva, pois foi dito que não devolverão da dotação básica, mas estão com intenção de devolver outras alíneas. Sendo assim, talvez consigamos devolver R\$ 163 mil, uma parte da verba de informática e outra do treinamento que talvez sobre devido ao pouco tempo para fazer as licitações. Segundo a CODAGE, teremos que informar 15 itens que queremos priorizar, informando os valores específicos e classificando por prioridade. Em princípio, podemos acrescentar 20% da dotação básica do ano passado e se a Reitoria não concordar com os 20% ela vai poder cortar nossos itens de mais baixa prioridade. Foi solicitado ao setor financeiro que apresentasse os gastos de 2023 e eu agrupei nesses 15 itens: monitores e estagiários, almoxarifado, passagens aéreas, diárias e Pró-labore, impressão e reprografia, gases industriais, laboratórios didáticos, despachante e aduaneira, mobiliário, tesouraria, correios, refeições preparadas para eventos e reuniões, ônibus, programas e licenças, diversos. Propõe aos chefes e presidentes de comissão que enviem até o final deste mês de setembro, os itens que vão precisar, mencionando apenas quantidade de cada item e a justificativa. Os preços serão levantados pelo setor de compras, pois será estabelecido um padrão do Instituto para mobiliário, por exemplo. Explica que foram incluídos o item "obras" e os departamentos que mandaram suas solicitações desde o início desta diretoria, tiveram suas solicitações catalogadas. Afirma que está ciente que o IF precisa de um programa de gestão que tentará implementar para termos as solicitações encaminhadas aos setores e seus andamentos e acompanhamento, como é feito pelo SAGE com os projetos encaminhados à FAPESP. Passagens aéreas são necessárias para a CPq devido aos convidados externos para ministrar os colóquios e devem incluir no planejamento. Diárias e Pró-labore são basicamente para bancas, mas se aplicam a convidados da CPq, CPGI e CPG. Ressalta a importância de a CG informar as diárias para participação dos alunos em eventos e a necessidade de contratação de estagiários. As solicitações de impressões aprovadas pelos departamentos são realizadas no IME e o custo é baixo, no entanto, os equipamentos de locação instalados nos departamentos custam R\$480 mil reais, considerado alto, sendo necessário reduzir esse custo. Faremos uma análise para otimizar o uso desses equipamentos dentro dos departamentos no mesmo prédio, reduzindo a disponibilidade. Esclarece que os contratos têm impressão limitada, mas muito superior ao uso atual, sendo necessária a redução da quantidade de equipamentos. O **Prof. João Barata** consulta se o prazo de entrega será no fim de setembro. A **Senhora Diretora** confirma que sim, pois a data foi antecipada pela CODAGE. Reforça que precisa de quantidade e justificativa. Esclarece que o item Tesouraria refere-se apenas a demandas consideradas emergenciais e que fará a previsão de um valor de reserva para emergências. Afirma que há uma concepção errônea dos departamentos ao informar aos funcionários que valores pequenos poderão ser reembolsados, e que o reembolso sempre é feito via tesouraria. Os valores pequenos têm que ser feitos da mesma forma que os pedidos das outras alíneas. Pede que as solicitações que não se encaixarem nos itens específicos poderão ser incluídas no item "diversos" e será analisado e incluído em alguma categoria. Lembra que as despesas pequenas previsíveis têm que ser planejadas e pequenas despesas emergenciais são justificadas na tesouraria. Solicita a todos que enviem as demandas até o final do mês para realizarmos uma projeção de valores e elaborarmos uma proposta de priorização. Ressalta a importância da compreensão sobre a questão das monitorias,

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

porque foram gastos R\$ 800.000,00 do total de R\$ 2.700.000,00 e tem absoluta certeza que não vamos chegar nem perto de R\$ 500.000,00. Se colocarmos fatores acima de R\$ 400.000,00 não vamos conseguir. Propõe que após receber o valor do orçamento, se possa fazer um remanejamento, definições e posteriormente comunicar aos chefes. Caso haja demanda de mobiliário sugere agendar uma reunião de chefes e comissões interessadas para decidirmos a distribuição. A partir de agora, ao receber o orçamento tomaremos decisões macro e referente às excepcionalidades trarei para discutir e atuarmos na abertura dos editais. Os aparelhos de ar-condicionado devem ser incluídos, mas eles entram na alínea de equipamentos diversos e informática. Então, se a demanda de ar-condicionado for muito grande teremos que cortar itens da informática. É uma compensação que vamos ter que decidir. O **Prof. Adriano Alencar** comunica que no departamento na Física Geral têm vários aparelhos de ar-condicionado quebrados e já solicitaram conserto, mas não foram atendidos. A **Senhora Diretora** diz que não há item de manutenção de equipamentos e consultará o Sr. Marco Rice para saber onde o item se encaixa, e caso seja na básica teremos que tirar um item e incluir a manutenção. Alerta se todos solicitarem manutenção de equipamento de ar-condicionado teremos que fazer a manutenção de 150 aparelhos e não teremos dinheiro, pois o orçamento é finito. Informa que enviará para todos para que se possa discutir dentro do departamento e levar em consideração quais as prioridades para atendimento. O **Prof. Luís Gregório** enfatiza que os alunos de graduação no geral já têm outras bolsas, mesmo que os docentes inscrevam os seus projetos será pouco perto do número de alunos de pós-graduação que usamos em monitorias hoje. Sugere priorizar os docentes que fizeram pedido de bolsas PEEG, PUB e PAE. Faz referência aos vínculos dos alunos de graduação dando monitoria são minoria, porque não conseguimos pagar o aluno que já tem outro tipo de auxílio. O público alvo de alunos de graduação para monitor é bem reduzido. A maioria são alunos de pós-graduação que não conseguem bolsa PAE porque não fizeram a disciplina. Declara que apesar do corte de metade das bolsas para monitores é possível não pagar o valor extra para monitores de laboratório e pagar igualmente como monitor de apoio a bolsa de R\$ 700,00. A **Senhora Diretora** informa que é possível discutir o valor, pois ele não é estabelecido pela Universidade, o IF tenta acompanhar o valor da bolsa PEEG, mas é uma opção nossa. Pondera que boa dos monitores, cerca de 70%, é de alunos de pós-graduação com bolsa e isso deveria ser uma atividade de aprendizado. Se os docentes supervisores dos monitores fizerem disso uma atividade de aprendizado mesmo o valor sendo mais baixo o aluno ainda vai querer, caso contrário será visto apenas como uma carga de trabalho. Retomaremos essa discussão quando recebermos o valor da Reitoria, porque isso é um planejamento e a Universidade vai conceder um valor que tentaremos readequar a nossa realidade quando vier. Deseja que a decisão seja do colegiado, porque reflete a nossa prioridade de fato. A discussão é importante para compreensão das prioridades e limitações. Referente a "obras" solicita que enviem suas necessidades para inclusão no planejamento orçamentário. Esclarece que todas as solicitações serão discutidas com o Sr. Alexandre, Assistente Operacional. Referente aos equipamentos de informática sugere que os chefes de departamentos registrem nas solicitações "computadores simples para administração" ou "computadores mais robustos" para diferenciar os editais. Diz que é importante ficar claro que a diretoria não financia pesquisa com dotação básica e que haverá uma discussão sobre o RTI que é utilizada para a infraestrutura de pesquisa. Argumenta que o setor de informática é muito bom e faz os planejamentos devidos. Informa que o Sr. Davi tem um olhar muito seletivo e que computador obsoleto dá muito trabalho para os técnicos e precisam ser trocados por novos. Afirma que as demandas são complexas e aguarda o envio das demandas de planejamento pelos chefes para discussão e definição em tempo hábil. **2) Relatório de indicadores da PROG e prazo para encaminhamento do plano institucional de aprimoramento de desempenho do Ensino de Graduação.** A **Senhora Diretora** ressalta a necessidade de atentar aos prazos e consulta o andamento das providências pela CG. O

my
KC

A T A S

Prof. Luís Gregório informa que na última reunião da CG foi encaminhado às CoC's, retornando para aprovação da CG, em seguida para providências de divulgação. A **Senhora Diretora** solicita que envie uma cópia à Diretoria para que os chefes sejam informados, para que pelo menos as pessoas fiquem integradas do que são as linhas de discussão da CG. **3) Resultado do Edital GR 01/2023 – Programa de Servidores Técnicos de Nível Superior (ProServ) – vertente Pesquisa e Inovação.** A **Senhora Diretora** comunica que o IF foi contemplado com uma vaga elencada pelo Prof. Marcelo Munhoz de HPC e os detalhes de contratação serão divulgados. O Prof. Cristiano Oliveira comentou, e eu concordo, que as unidades como o IQ, IME, IB, IAG ganharam mais de uma vaga e sugere que se alguém quiser esclarecimento encaminhe a solicitação para a diretoria que enviaremos um ofício consultando a PRPI. Orienta que os que desejarem entrar com pedido de recurso que o façam o quanto antes devido ao prazo. **4) Contratos por tempo determinado de docentes não renovados.** A **Senhora Diretora** informa que a Procuradoria Geral não tinha nos avisado que a renovação dos contratos antigos seria adequada a nova resolução. Fomos prejudicados por fazermos o processo seletivo dos oito docentes temporários coletivamente e o pedido da renovação foi feito coletivamente e a procuradoria viu que alguns não se encaixavam e negaram tudo. Então das próximas vezes solicitaremos a renovação individualmente. Por esse motivo, para não parar as disciplinas, lançamos um edital de pós-docs para dar apoio às disciplinas, tendo o custo adicional para a diretoria. **5) Portaria do Reitor, de 19.09.23, nomeando Pedro Vinícius Guillaumon para exercer o cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de Física Matemática.** A **Senhora Diretora** deseja boas-vindas ao docente e informa que agendará uma reunião com os docentes recém contratados. **Item III.2 – Comunicações do Vice-Diretor.** O **Prof. Cristiano Oliveira** informa que compareceu à reunião do GT de curricularização e que o guia está em fase de finalização. Comenta que está fazendo a análise dos relatórios dos docentes e observou que alguns colegas não fazem ideia do que é extensão. Ressalta a importância do guia e trará novas informações na reunião da Congregação. **Item III.3 – Comunicações das Comissões: CG, CPG, CPq, CCEX, CIP e CPGL.** O **Prof. Luís Gregório** relata que o tema de curricularização foi muito discutido na CG e o prazo colocado pela PRG era final de setembro para que tudo esteja aprovado. No entanto, fomos informados pela PRG que o guia da curricularização e a regulamentação ainda serão publicados e fazer alterações apenas no PPP não adiantaria nesse momento. Então, vamos fazer tudo junto e as alterações começarão a valer a partir do segundo semestre de 2024, com isso teremos os currículos montados e esperamos ter as disciplinas curricularizadas no Apolo. Exemplifica dizendo que o curso de bacharelado tem basicamente horas-aula essencialmente e um pouco de horas trabalho. As horas "x" que vão ser o grosso das nossas atividades de extensão não vão contar como horas-aula. Vamos ter que reduzir o número de horas-aula e colocar horas de extensão, porque se mantiver o número de horas-aula, será 10% em cima, tem atividades que não contam aula. Isso é algo que a CoC do Bacharelado vai olhar com todo cuidado para adequar o currículo. As outras CoC's são um pouco menos, pois contam com as disciplinas de estágio. A **Senhora Diretora** lembra que os estágios curriculares obrigatórios não entram na de extensão. O **Prof. Luís Gregório** diz que as únicas alterações no PPP foram aquelas aprovadas. O **Prof. Caetano Miranda** pergunta sobre o cronograma dos concursos. A **Senhora Diretora** responde que informará em breve e encaminhará também aos chefes de departamento, pois o Reitor autorizou o pedido de antecipação das cinco vagas no próximo ano, porém está condicionado à realização dos procedimentos de análise. Comunica que solicitou à CPq que enviasse um cronograma contendo as datas para submissão das propostas, data para discussão das propostas, data para análise da CPq, data para discussão do departamento, para deliberação na reunião da Congregação de novembro onde serão definidas as áreas para envio à Reitoria dos pedidos de novas vagas. Avisa que há uma pressão muito grande dos alunos para definição de uma vaga única e que coloque as 5 vagas todas

m7
KC

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

juntas para garantir pelo menos uma vaga de PPP. Seria muito importante uma campanha de esclarecimento aos alunos sobre o que é o Instituto e o porquê não acreditamos que colocar as 6 vagas juntas no concurso não é uma coisa boa. Nunca fizemos isso e temos que providenciar uma campanha de esclarecimento aos alunos. Solicita aos docentes que quando tiverem oportunidade conversem com os alunos. Um dos temas da greve está sendo a falta de docentes, mas considera que no caso do Instituto isso realmente não se aplica, pois ganhamos muitas vagas, obviamente não estamos voltando a 160 docentes (maior tamanho do IFUSP), mas nos adaptamos se fizermos poucas correções dentro do que entendemos como horas mínimas de aula por docente por semestre. Então não estamos com falta de docente. O **Prof. Adriano Alencar** conta que foi conversar com os alunos e notou que os alunos que estão fazendo o piquete não são alunos do IF. A **Senhora Diretora** esclarece que teve uma reunião com os alunos para explicar que o IFUSP não se encaixava nesse perfil, que dos 24 concursos já foram realizados 14. Reforça que não falta docentes no IF, mas temos que começar a repassar todas as comunicações aos representantes discentes das comissões, principalmente na reunião da Congregação. Deve ficar registrado que o representante discente não compareceu à reunião. Argumenta que isso deve ser registrado toda vez. Ressalta que há representação discente, mas que não participam, não se informam e reclamam que não são comunicados. Os representantes discentes precisam participar para entenderem o que está sendo discutido. O **Prof. Daniel Cornejo** fala sobre o evento "USP e as Profissões" realizado nos dias 14, 15 e 16 de setembro. A **Senhora Diretora** solicita aos presidentes de comissões que enviem cópia de todo o material impresso a ser divulgado à comunidade para conhecimento da Diretoria, pois recebeu uma solicitação de alteração de um folder do IF que não tinha conhecimento da existência. **Item III.4 – Comunicações dos Membros.** A **Senhora Diretora** traz um comunicado extraordinário da Diretoria, que já conversou com o Prof. Daniel, mas adianta que gostaria de criar no IF um centro de atividades de extensão, com espaço físico para promoção de todas as atividades de extensão. Nesse centro gostaríamos de congregar treinamento de professores de segundo grau, abertura de cursinho de Física com alunos da Física para a comunidade, o laboratório didático com exposição de demonstrações e outros laboratórios de pesquisa que tenham material para exposição. Informa que deseja que todo o material preparado para divulgação científica tenha local adequado para ser armazenado. Cita o exemplo de grupos de pesquisa que fazem exposições nas estações de metrô e não possuem local adequado para armazenamento do material exposto, como protótipos e pôster, sendo possível organizar uma exposição rotativa dentro do Instituto para exposição desse material à comunidade e, principalmente, às escolas visitantes que podem explorar o nosso Centro de Exposições. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Diretora encerrou a sessão às 12h45min, e eu, Maria Madalena Salgado Bermudez Zeilum, Assistente Acadêmica, redigi a presente ata que vai assinada por mim e pela Senhora Diretora, Profa. Dra. Kaline Rabelo Coutinho. São Paulo, 21 de setembro de 2023.


Profa. Dra. Kaline R. Coutinho
Diretora


Maria Madalena S.B. Zeilum
Assistente Acadêmica